



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

A EFETIVIDADE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO AMAZONAS: entre o direito instituído e a realidade das aldeias

Rosalina Davila Larrondo ¹
e-mail: larrondorosalina@gmail.com

Emily Soares dos Santos ²
e-mail: soaresemily@gmail.com

Adnilson de Almeida Silva ³
e-mail: adnilson@unir.br

(X) Apresentação Oral (GT)

() Exposição de Banner

GT pretendido: GT 7: Geografia Política e Ensino: inovações temáticas, conceituais e metodológicas

RESUMO

Este trabalho analisa a efetividade das políticas públicas de Educação Escolar Indígena (EEI) no estado do Amazonas, foca no descompasso entre o arcabouço legal-institucional consolidado após a Constituição de 1988 e a realidade vivenciada nas escolas das aldeias. O recorte espacial concentra-se no Amazonas, região de maior diversidade étnica e socioterritorial do país, com recorte temporal que abrange de 1988 a 2021. O objetivo central é investigar a atuação da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar (SEDUC-AM), das Secretarias Municipais (SEMEDs) e a implementação dos Territórios Etnoeducacionais (TEEs), bem como examinar como a morosidade administrativa e modelos homogeneizantes afetam o direito à diferença. A metodologia possui natureza qualitativa, fundamentada no método hermenêutico-dialético, utiliza levantamento bibliográfico, análise documental e categorias da geografia crítica como território, territorialidade e lugar. A relevância do estudo reside na discussão da educação como prática espacial situada e na denúncia da desterritorialização pedagógica em contextos amazônicos. Os resultados apontam que, apesar dos avanços normativos, a imposição de metas quantitativas e a insuficiência de recursos para o "custo amazônico" comprometem a autonomia indígena. Conclui-se que a efetividade da EEI depende do reconhecimento do protagonismo indígena em caráter decisório e de políticas territorialmente sensíveis.

¹ Licenciatura em Geografia, Mestranda em Geografia, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho – RO.

² Bacharel em Geografia, Mestranda em Geografia, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho – RO.

³ Licenciado e Mestre em Geografia/UNIR. Doutor em Geografia/Universidade Federal do Paraná. Professor no Departamento e Programa de Pós-Graduação em Geografia/UNIR, Porto Velho – RO.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena; Políticas públicas; Amazonas; Territórios Etnoeducacionais; Geografia da educação.

INTRODUÇÃO

A promulgação da Constituição Federal de 1988 estabeleceu novo paradigma jurídico ao reconhecer aos povos indígenas o direito à uma cidadania diferenciada, com respeito a suas línguas, culturas e processos próprios de aprendizagem (Brasil, 1988). No plano normativo, esse marco rompeu com o modelo integracionista, sendo reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e pelo Decreto nº 6.861/2009. Contudo, no estado do Amazonas, a materialização desses direitos enfrenta desafios singulares devido à vasta extensão territorial, diversidade étnica e complexidade logística (Baniwa, 2013; Vieira, 2023).

O problema central deste estudo reside na persistência de currículos padronizados e modelos administrativos rígidos que desconsideram as territorialidades indígenas. O objetivo é analisar a efetividade das políticas de EEI no Amazonas, com articulação entre educação e geografia para compreender como o Estado atua nesse território. A pesquisa justifica-se pela necessidade de confrontar o direito instituído com as contradições da prática pedagógica nas aldeias, onde a escola muitas vezes opera como instrumento de desterritorialização (Haesbaert, 2004). Este artigo está estruturado em seções que discutem o referencial teórico geográfico-educacional, o percurso metodológico, a análise dos limites institucionais e as considerações finais sobre o protagonismo indígena.

METODOLOGIA

A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa sob o método hermenêutico-dialético, que permite interpretar as políticas educacionais como práticas sociais contraditórias e situadas historicamente. O percurso metodológico foi dividido em três procedimentos principais:

Primeiramente, realizou-se levantamento bibliográfico de obras fundamentais sobre EEI (Baniwa, 2013; Luciano, 2006; Vieira, 2023) e conceitos da geografia crítica (Santos, 2007; Haesbaert, 2004). Em seguida, procedeu-se à análise documental de legislações federais, como a Constituição de 1988 e a LDB, além de normativas específicas como o Plano Estadual de Educação (Amazonas, 2015) e resoluções do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena do Amazonas (CEEI/AM). Por fim, aplicou-se a análise conceitual geográfica, utiliza as categorias de território, territorialidade e lugar para interpretar a organização espacial da educação. O recorte temporal de 1988 a 2021 permitiu observar a evolução das políticas desde a redemocratização até as crises de implementação recentes.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

A análise dos dados revela um hiato persistente entre o discurso legal e a prática nas aldeias. Embora a EEI seja definida como intercultural e bilingue (Brasil, 1996), a realidade cotidiana mostra a reprodução de modelos escolares urbanos deslocados para dentro das aldeias. Baniwa (2013) ressalta que o Estado ainda opera sob lógicas coloniais, onde a educação diferenciada é muitas vezes reduzida apenas ao uso da língua materna, sem alterar a estrutura curricular homogeneizante.

Geograficamente, esse fenômeno é identificado como desterritorialização pedagógica (Haesbaert, 2004), pois a escola passa a operar dissociada dos ciclos rituais e ambientais das comunidades. No âmbito da gestão, a atuação da SEDUC-AM e das SEMEDs é marcada por fragilidades operacionais e pela ausência de financiamento que contemple o "custo amazônico" — os elevados gastos com transporte fluvial e logística regional (Amazonas, 2015; Santos; Pinheiro, 2015). A imposição de sistemas como a Gestão Integrada da Educação (GIDE), focada em metas quantitativas, tende a invisibilizar os projetos pedagógicos indígenas e comprometer sua autonomia (Santos; Pinheiro, 2015).

Quanto aos Territórios Etnoeducacionais (TEEs), embora representem avanço ao organizar a educação pelas territorialidades indígenas e não apenas por limites administrativos (Brasil, 2009), sua efetivação no Amazonas é fragilizada pela descontinuidade governamental e pela baixa participação indígena nas decisões (Vieira, 2023). Por outro lado, o estudo identificou que o protagonismo de organizações como a Organização Geral dos Professores Ticuna Bilingües (OGPTB) atua como força de resistência, produz materiais e currículos que reafirmam a escola como espaço de fortalecimento cultural (Bendazzoli, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo conclui que a efetividade da Educação Escolar Indígena no Amazonas é limitada por uma lacuna estrutural entre o direito e a execução. A persistência de racionalidades coloniais na administração pública mantém a escola indígena subordinada a padrões homogeneizadores que enfraquecem a identidade e o território.

As principais contribuições indicam que, para superar esse cenário, é imperativo que o Estado brasileiro reconheça o protagonismo indígena não apenas como consultivo, mas como decisório em todas as etapas da política pública. A consolidação dos Territórios Etnoeducacionais e a criação de mecanismos de financiamento sensíveis às especificidades geográficas amazônicas são caminhos essenciais para garantir uma educação que respeite os projetos de bem viver de cada povo.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à CAPES, pela concessão de Bolsa de Mestrado; ao CNPq pelo apoio financeiro ao Projeto "Territorialidades e marcadores territoriais das terras indígenas da Amazônia: diálogos e sinapses socioculturais", Chamada CNPq/MCTI Nº 10/2023 - Faixa A - Grupos Emergentes; à FAPERO pelo apoio financeiro ao

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

Projeto “Marcadores territoriais das terras indígenas da Amazônia: diálogos em contextos socioculturais” Chamada FAPERO PAP/Universal nº 05/2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZONAS. **Plano Estadual de Educação do Amazonas – PEE-AM 2015–2025.**

Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2015.

BANIWA, Gersem. Educação escolar indígena no Brasil: avanços, limites e novas perspectivas. In: **Anais da 36ª Reunião Nacional da ANPEd**, Goiânia, GO, 2013.

BENDAZZOLI, Sirlene. **Políticas públicas de educação escolar indígena e a formação de professores Ticuna no Alto Solimões/AM.** 2011. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009.** Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e Territórios Etnoeducacionais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 maio 2009.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** MEC/SECAD, 2006.

SANTOS, Jonise Nunes; PINHEIRO, Maria das Graça Sá Peixoto. Políticas públicas e educação escolar indígena no município de Manaus (2005-2011). **Práxis Educacional**, v. 11, n. 20, p. 75-97, 2015.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** 7. ed. São Paulo: Editora da USP, 2007.

VIEIRA, Alva Rosa Lana. **Política dos Territórios Etnoeducacionais no Amazonas: perspectiva para efetivação da educação escolar indígena.** 2023. Tese (Doutorado) – UFAM, Manaus, 2023.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

📅 26 a 31/05/2026

📍 Porto Velho-RO

✉️ vcongeo2026@unir.br

📱 @vcongeo2026

🌐 vcongeo2026.unir.br

🔗 www.even3.com.br/vcongeo-638599/